

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 27

Outubro - 2011

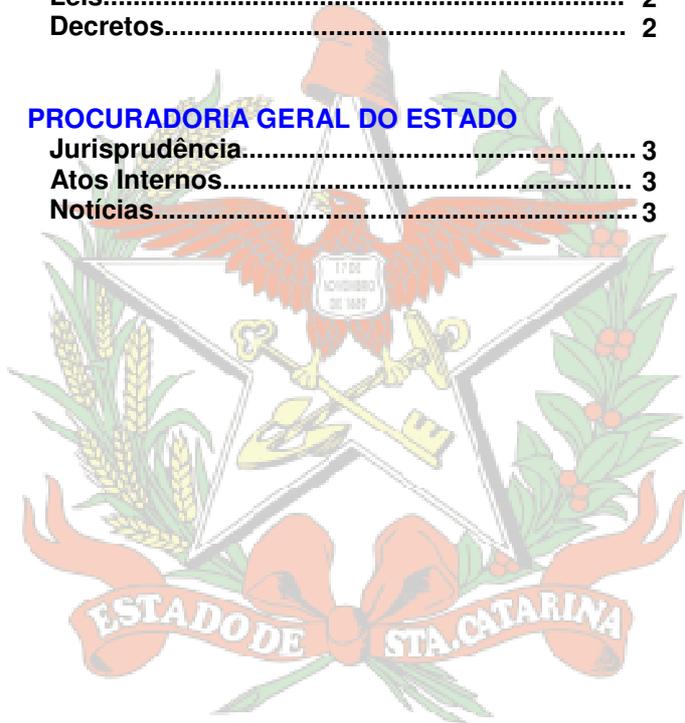
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	3
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
João dos Passos Martins Neto

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 544, de 15 de setembro de 2011

Fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

LEI COMPLEMENTAR Nº 545, de 15 de setembro de 2011

Altera o Anexo II, da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

LEI COMPLEMENTAR Nº 546, de 27 de setembro de 2011

Dá nova redação ao art. 14 da Lei Complementar nº 281, de 2005, que regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 547, de 30 de setembro de 2011

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

LEI Nº 15.559, de 1º de setembro de 2011

Dispõe sobre a regularização de operações de crédito celebradas pelo Estado de Santa Catarina com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e com a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Codesc) e adota outras providências.

LEI Nº 15.570, de 23 de setembro de 2011

Institui o Programa Juro Zero, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.571, de 27 de setembro de 2011

Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e do Enfrentamento da Obesidade Mórbida.

LEI Nº 15.577, de 27 de setembro de 2011

Altera a Lei nº 14.890, de 2009, alterada pela Lei nº 15.372, de 2010, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso à internet no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.588, de 28 de setembro de 2011

Altera o § 5º do art. 1º e revoga o art. 4º da Lei nº 15.390, de 2010, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação e estabelece outras providências.

Decretos

DECRETO Nº 483, de 1º de setembro de 2011

Dispõe sobre a Ordem do Mérito Jerônimo Francisco Coelho e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 497, de 13 de setembro de 2011

Cria Comissão Temporária responsável pela implantação, modernização e integração dos Sistemas Informatizados de Gestão de Materiais e Serviços, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração.

DECRETO Nº 498, de 13 de setembro de 2011

Cria a Comissão Especial de Engenharia (Coeng) no âmbito da Secretaria de Estado da Administração.

DECRETO Nº 500, de 14 de setembro de 2011

Introduz a Alteração 2.856 no RICMS/01.

DECRETO Nº 501, de 16 de setembro de 2011

Nomeia integrantes do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

DECRETO Nº 502, de 16 de setembro de 2011

Institui o Programa de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento ao Ensino Fundamental.

DECRETO Nº 524, de 21 de setembro de 2011

Cria a Comissão de Coordenação do Programa Excelência em Gestão, vinculada à Secretaria de Estado da Administração.

DECRETO Nº 539, de 27 de setembro de 2011

Introduz as Alterações 2.854 e 2.855 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 540, de 27 de setembro de 2011

Introduz as Alterações 2.857 e 2.858 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 541, de 27 de setembro de 2011

Introduz as Alterações 2.859 e 2.860 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 542, de 27 de setembro de 2011

Altera dispositivo do Decreto nº 417, de 8 de agosto de 2011, que acrescenta dispositivo ao Anexo Único do Decreto nº 2.128, de 20 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias.

DECRETO Nº 543, de 27 de setembro de 2011

Altera dispositivo do Decreto nº 2.128, de 20 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias.

DECRETO Nº 544, de 27 de setembro de 2011

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 105, de 14 de março de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, que instituiu o Programa Pró-Emprego.

DECRETO Nº 545, de 27 de setembro de 2011

Altera o Decreto nº 3.313, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado do Planejamento e a distribuição dos cargos de provimento em comissão DGS/DGI, Funções Técnicas Gerenciais - FTGs, Funções Gratificadas - FGs e Funções de Chefia - FCs que compõem a estrutura do órgão, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 553, de 27 de setembro de 2011

Cria a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos.

DECRETO Nº 557, de 27 de setembro de 2011

Regulamenta, no âmbito do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A., o Sistema de Registro de Preços, previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos casos que especifica, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 559, de 27 de setembro de 2011

Dispõe sobre o Troféu Gustavo Kuerten de Excelência no Esporte, e estabelece outras providências.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/DIAL-SCC,
de 1º de setembro de 2011**

Uniformiza os atos e procedimentos relativos ao processo legislativo no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO****JURISPRUDÊNCIA****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

ADI 3515 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Publicação: 29 de setembro de 2011

Origem: Santa Catarina

Relator: Ministro Cezar Peluso

Reqte: Governador do Estado de Santa Catarina

Intdo: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

EMENTA: inconstitucionalidade. Ação direta. Lei nº 12.775/2003, do Estado de Santa Catarina. Competência legislativa. Sistema financeiro nacional. Banco. Agência bancária. Adoção de equipamento que, embora indicado pelo Banco Central, ateste autenticidade das cédulas de dinheiro nas transações bancárias. Previsão de obrigatoriedade. Inadmissibilidade. Regras de fiscalização de operações financeiras e de autenticidade do ativo circulante. Competências exclusivas da União. Ofensa aos arts. 21, VIII, e 192, da CF. Ação julgada procedente. Precedente. É inconstitucional a lei estadual que imponha às agências bancárias o uso de equipamento que, ainda quando indicado pelo Banco Central, ateste a autenticidade das cédulas de dinheiro nas transações bancárias.

ATOS INTERNOS**PORTARIA PGE/GAB Nº 065, de 23 de agosto
de 2011**

Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, a contar de 01/09/2011, cessando os efeitos da Portaria Nº 47/2010, publicada no Diário Oficial de 30/11/2010.

**PORTARIA PGE/GAB Nº 066, de 8 de setembro
de 2011**

Dispensa os recursos nas ações movidas contra o Estado de Santa Catarina cujo pedido for o fornecimento de medicamento, insumo e material ou procedimento médico padronizado em quaisquer dos programas do Sistema Único de Saúde, desde que extinto o processo sem resolução do mérito. Aplica-se a dispensa de recurso prevista no artigo 1º, independentemente de padronização nos programas do SUS, quando houver óbito. Fica revogada a Portaria Nº 02/PGE/2005.

**PORTARIA PGE/GAB Nº 069, de 14 de
setembro de 2011**

Designa Procuradores do Estado para integrar comissão de elaboração do plano de distribuição do quantitativo de cargos de Procurador do Estado entre os órgãos e núcleos da Procuradoria-Geral do Estado, bem como de coordenação dos conseqüentes processos de movimentação e/ou remoção.

**PORTARIA PGE/GAB Nº 070, de 21 de
setembro de 2011**

Prorroga por 60 dias, a contar de 16 de setembro de 2011, os efeitos da Portaria Nº 23/2010 para término dos trabalhos da Comissão Processante.

PARECER Nº 197/2011

Autor: Ana Cláudia Allet Aguiar

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Ementa: Tribunal de Justiça. Cumprimento da recomendação nº 29/2009 do Conselho Nacional de Justiça. Absorção da mão-de-obra dos presos nas parcerias contratuais e convenientes da administração pública estadual. Possibilidade. Necessidade de edição de decreto pelo Chefe do Poder Executivo concretizando lei de execução penal. Proposta de minuta de decreto.

NOTÍCIAS**Assume o novo procurador-geral do Estado**

O procurador do Estado João dos Passos Martins Neto assumiu, em 4 de setembro, o cargo de procurador-geral do Estado de Santa Catarina. Ele tomou posse no lugar do advogado Nelson Serpa, que ocupava a função desde janeiro deste ano e que agora é o novo secretário estadual da Fazenda.

No seu discurso inicial, na sede da PGE e na presença de centenas de servidores, Martins Neto disse que a sua meta é dar continuidade ao trabalho desenvolvido na instituição nos últimos meses e agradeceu a convivência de 17 anos junto aos colegas procuradores, a quem creditou o mérito da sua escolha para o novo cargo.